

João Mateus de Freitas Veneroso

**O modelo de bem-estar social escandinavo: o seu sucesso  
pode ser exportado para outros países?**

Monografia apresentada ao curso de  
Ciências Econômicas da Faculdade de  
Ciências Econômicas da Universidade  
Federal de Minas Gerais em Junho de  
2014.

Orientador: Prof. Dr. Mário Marcos Sampaio Rodarte

Belo Horizonte  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG  
Curso de Ciências Econômicas

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>1. A formação histórica dos Estados nórdicos.....</b>	<b>4</b>
<b>2. O modelo nórdico de bem-estar social.....</b>	<b>13</b>
<b>3. Críticas ao Estado do bem-estar e o desempenho do modelo nórdico desde 1990 .....</b>	<b>21</b>
<b>4. A exportação do modelo nórdico.....</b>	<b>34</b>
<b>5. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>39</b>

## Introdução

Em 2012, todos os países nórdicos (Dinamarca, Suécia, Noruega, Islândia e Finlândia) ficaram posicionados entre os dez primeiros colocados na lista de países ordenada pelo IDH<sup>1</sup> ajustado pela desigualdade de renda divulgada pela ONU. Na mesma lista, o Brasil ficou na 73ª posição. De um modo geral, os países nórdicos estão sempre próximos do topo em qualquer comparação internacional de competitividade, produtividade, qualidade de vida, prosperidade ou igualdade. O sucesso das economias nórdicas é tamanho que *“The Nordic welfare state has been characterized by some as the best of all possible thinkable worlds”* (KANGAS & PALME, 2005 *apud* LISTER, 2009, p.1). Ou, como colocado por outro autor:

*“The Scandinavian welfare states have enjoyed an international reputation for combining generous welfare state entitlements with rapid economic growth, low unemployment and very high levels of labour force participation, particularly among women. They seemed to have achieved the elusive combination of social equality and economic efficiency.”* (STEPHENS, 1995, p.3)

Diante da prosperidade dos países escandinavos, a falta de qualidade de vida da população brasileira fica exposta de forma evidente. Dada a recente popularidade das políticas de transferência de renda e o intenso crescimento do Estado brasileiro nas duas últimas décadas, cujo propósito foi em grande parte atender à carência de uma rede básica de proteção social, os Estados escandinavos surgem de certa maneira como uma realidade que se almeja alcançar com as políticas sociais.

Este trabalho vai discutir como se deu a formação do Estado de Bem-Estar na Escandinávia e quais foram os seus fatores impulsionadores e limitadores. Além disso, pretende-se discutir o que define o modelo nórdico de bem-estar social e como a experiência nórdica pode ser exportada para os países emergentes.

---

<sup>1</sup> Índice de desenvolvimento humano

## 1. A formação histórica dos Estados nórdicos

Em primeiro lugar, cabe definir do que se trata o Estado do bem-estar social ou o welfare state. Se analisarmos o problema pela perspectiva da evolução histórica da despesa pública com as áreas sociais, encontraremos pouca evidência da existência de um Estado deste tipo antes do fim do século XX. Como afirma Esping-Andersen:

“A proposta de Therborn é começar com a transformação histórica das atividades do Estado. No mínimo, num welfare state genuíno, a maioria de suas atividades rotineiras diárias devem estar voltadas para as necessidades de bem-estar de famílias. Este critério tem conseqüências importantes. Quando avaliamos a atividade rotineira simplesmente em termos de despesas e quadro de funcionários, o resultado é que nenhum Estado pode ser considerado um verdadeiro welfare state até a década de 70 deste século, e alguns Estados normalmente rotulados como tal não fazem jus a essa classificação porque a maior parte de suas atividades rotineiras dizem respeito à defesa, à lei e à ordem, à administração e coisas do gênero.” (THERBORN apud ESPING - ANDERSEN, 1990)

No entanto, “a cidadania social constitui a ideia fundamental de um welfare state.” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 29) Isso significa que o Estado de bem-estar social só atinge sua maturidade quando os direitos sociais adquirem um caráter inviolável e deixam de ser atrelados ao desempenho, passando a ser garantidos unicamente pelo critério de cidadania.

Esse tipo de organização social não é uma exclusividade do norte da Europa, mas, foi lá que ela encontrou sua condição máxima de existência. Enquanto, alguns países mobilizaram o estado do bem-estar social em determinado contexto histórico, muitas vezes associado a políticas desenvolvimentistas, o experimento Escandinavo foi radical e construiu um sistema de políticas sociais e econômicas abrangente, que modificou a direção da evolução desta região da Europa.

O modelo nórdico de bem-estar social tem suas raízes históricas mais remotas na própria configuração do feudalismo escandinavo, que foi introduzido tardiamente na região. Até o começo do século X, a Escandinávia ainda se encontrava completamente inserida no contexto da Era Viking, conservando uma organização social pouco estratificada e uma população bastante fragmentada, tipicamente concentrada em pequenos povoados próximos a grandes cursos de água e fiordes. Além disso, as relações conflituosas com outros povos da Europa contribuíram para prolongar o isolamento escandinavo até a chegada do cristianismo na região e a consolidação dos três reinos nórdicos em meados do século XI. No entanto, mesmo após a cristianização, as instituições feudais tiveram pouca expressividade na Escandinávia e assumiram uma forma mais branda, preservando muito do aspecto comunitário pré-feudal da região.

Mais tarde, no âmbito da Reforma Protestante, o protestantismo luterano encontrou ampla aderência na Escandinávia, mudando aspectos culturais importantes e aplainando o caminho rumo ao capitalismo nos séculos subsequentes, conforme salientado por (WEBER, 1904) no livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Desde então, houve uma importante associação entre a igreja protestante e o Estado nórdico, que só perdeu relevância mais recentemente no contexto da secularização vivenciada pela sociedade nórdica após os anos 1970. Esta associação religiosa junto à opressão um tanto limitada da nobreza local contribuiu para formar um laço relativamente estreito de confiança entre indivíduo e Estado.

O Estado nórdico de bem-estar social moderno, no entanto, tem sua origem, mais objetivamente, no século XIX, com a transição das economias europeias semifeudais para o capitalismo. Enquanto na maior parte dos países europeus esta transição se deu de forma repentina e violenta com a ascensão da burguesia. Na Escandinávia, o que se observa é a formação de uma classe de camponeses independentes como resultado da individualização dos agricultores, em um processo de reforma agrária pacífico, que transformou as propriedades feudais em fazendas comerciais. A transição dos países nórdicos em direção ao capitalismo pode ser descrita pelo gradual fortalecimento da classe camponesa e o declínio da aristocracia, ao mesmo tempo em que a

região se tornava uma área periférica de um ponto de vista econômico e político (ALESTALO, 2009, p. 6). Este processo um tanto igualitário que guiou o surgimento da economia de mercado escandinava teve um grande impacto na formação das instituições que compõem o Estado de bem-estar social.

A partir de então, o desenvolvimento econômico dos países nórdicos foi explosivo, de forma que, já em 1870, todos os países escandinavos faziam parte das economias de maior crescimento na Europa. (ALESTALO, 2009, p. 7) E, finalmente, ao fim do século XIX, começam a surgir os mecanismos de amparo social que caracterizam o Estado escandinavo moderno.

Como em outras regiões da Europa, a concepção das instituições de seguridade social na Escandinávia esteve associada à crescente industrialização e urbanização decorrente da Revolução Industrial. E teve inspiração na inovação política de larga escala que foi introduzida na Alemanha Bismarckiana, ainda que os desenvolvimentos subsequentes não tenham guardado qualquer semelhança com o modelo de seguridade social imposto pelo Segundo Reich. Sobre a motivação das políticas sociais de Bismarck no Império Alemão do século XIX, Esping-Andersen afirma que:

“O modelo de seguridade social promovido por reformistas conservadores como Bismarck e von Taffe também foi explicitamente uma forma de política de classe. Na verdade, procurava conseguir dois resultados simultâneos em termos de estratificação. O primeiro era consolidar as divisões entre os assalariados aplicando programas distintos para grupos diferentes em termos de classe e status, cada qual com um conjunto bem particular de direitos e privilégios, que se destinava a acentuar a posição apropriada a cada indivíduo na vida. O segundo objetivo era vincular as lealdades do indivíduo diretamente à monarquia ou à autoridade central do Estado. Esta era a motivação de Bismarck ao promover uma suplementação estatal direta às pensões ou aposentadorias.” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 24)

De toda forma, a agenda social não era inexistente nos governos escandinavos antes da inovação política alemã. A Dinamarca, por exemplo, já discutia planos de previdência em 1878, muito antes de sua elaboração na Alemanha. No entanto, as reformas de Bismarck sem dúvida aceleraram o

desenvolvimento das políticas públicas de seguridade social na Escandinávia (ALESTALO, 2009, p. 13).

Ao longo dos primeiros anos da década de 1890, as primeiras reformas sociais foram realizadas quase simultaneamente nos países da Escandinávia. Em 1890 a Islândia estabeleceu a pensão para idosos, em 1891 a Dinamarca aprovou uma política semelhante, em 1892 a Noruega aprovou um seguro contra acidentes na indústria, no mesmo ano a Suécia introduziu subsídios a fundos de pensão voluntários e, finalmente, em 1895 a Finlândia aprovou um seguro semi-compulsório contra acidentes industriais. Este desenvolvimento precoce da política social dos países escandinavos fomentou uma cadeia de reformas de caráter universal ao longo do início do século XX, no sentido da construção de uma ampla rede de amparo ao cidadão.

O fator primário que possibilitou a aprovação dessas reformas sem grande resistência foi a rápida ascensão política do campesinato e dos trabalhadores já no século XIX. Neste período, a classe política era constituída basicamente por partidos de trabalhadores pobres, fazendeiros e residentes urbanos pouco influentes, em um contexto de baixa concentração agrária, homogeneidade étnico-religiosa e uma quase inexistência de miseráveis (ALESTALO, 2009, p. 13). Nesse ambiente político, devido à reduzida população da região, que ainda hoje não ultrapassa os 30 milhões de habitantes, a democracia escandinava pôde operar desde cedo com base em um processo de tomada de decisão chamado de governança consensual<sup>2</sup>, em contraposição às grandes unidades federativas, onde normalmente vigora um debate político bem mais polarizado. (ALESTALO, 2009, p. 8).

Este processo político assumiu uma forma mais evidente a partir da década de 1930, já que a partir desse momento, os governos minoritários de coalisção se tornaram a regra na Escandinávia, sobretudo na Dinamarca. Esse tipo de organização política obriga os partidos no poder a buscarem um acordo com a oposição, o que não seria o caso em um governo que controla a parte

---

<sup>2</sup> Formulação de planos políticos extrapartidários com diálogo aberto e constante entre o partido no poder e a oposição. Devido à natureza fragmentada dos parlamentos escandinavos, o jogo político exigia (e ainda exige) que se buscasse uma solução conciliatória para os problemas, uma vez que alternativas extremistas quase nunca seriam aprovadas.

majoritária do parlamento. Ela promove o diálogo constante entre as oposições a fim de formular um plano político sustentável de longo prazo. Isso não somente promove a confiança entre os diferentes partidos, mas evita a quebra repentina ou a mudança abrupta na política. Além disso, esse tipo de acordo político continua sendo a regra nos dias atuais:

“Anti-welfare sentiments have been modest in the Nordic countries, and consequently a popular view is that the welfare state is associated with political consensus (Sejersted, 2005). P. 45 Party competition on welfare issues is often characterized by valence, meaning that party positions do not diverge significantly on ideological grounds and that parties rather compete in appearing as the most trustworthy in pursuing policies with broad consensus (Bjørklund and Saglie, 2002; Söderlund, 2008; Stokes, 1963).” (FLADMOE, 2012, p. 45):

Contrário ao senso comum, o Estado nórdico do bem-estar social não é uma vitória exclusiva do partido social-democrata no século XX. Ele é o resultado de um longo processo político vivenciado pela sociedade escandinava para a criação de uma máquina pública que tem o objetivo de promover o bem-estar da população conforme ele se manifesta. Para tanto, uma vez que o objetivo é claro, o consenso político se atua também na harmonização do conflito entre grupos sociais com interesses díspares: empregado e empregador, trabalhador rural e trabalhador urbano. E isso se manifesta na dissolução das assimetrias entre as partes conflitantes, de forma que possa haver uma negociação equilibrada.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a força de trabalho escandinava já estava entre as mais sindicalizadas do mundo. E, nesse contexto, os sindicatos e as organizações de empregadores foram incitados a consolidar sistemas de negociação após vários conflitos industriais graves com perdas para ambos os lados. Esses sistemas assumiram a forma de acordos coletivos nacionais onde os participantes se comprometiam a defender o interesse “universal” da sociedade, prevenindo conflitos nocivos, promovendo a eficiência industrial e aumentando o poder de compra da população. E eles só foram possíveis devido à paridade de poder entre as partes negociantes. Desde então, essa resolução não conflituosa das relações de trabalho atuou de forma



a ampliar a democracia na Escandinávia com muito pouca interferência governamental, tentando preservar a competitividade da indústria e, ao mesmo tempo, prezar pelo bem-estar dos trabalhadores.

Nesse sentido, houve um reconhecimento da divergência de interesses entre empregados e empregadores, mas também houve reconhecimento da legitimidade por trás dos interesses de ambos os grupos. De forma que, o movimento trabalhista abraçou o ideal de racionalizar a produção, primando pela competitividade em um âmbito internacional, uma vez que a geração de riqueza era necessária para que houvesse ampliação dos benefícios sociais oferecidos pelo Estado, sempre tendo em vista a igualdade. E, da mesma forma, a classe empresarial admitia o fortalecimento e a organização abrangente do movimento trabalhista, assim como a negociação coletiva de acordos, porque, reconhecia que a ampliação da rede de seguridade social trazia benefícios da ordem produtiva no sentido de reduzir os conflitos na indústria e flexibilizar a força de trabalho.

Esping-Andersen (1980, p. 186) argumenta que as políticas sociais do Estado de bem-estar e o grau de sindicalização da força de trabalho escandinavo foram forças importantes para resgatar o trabalho dos homens da órbita de influência do mercado. Ou antes, para retirar o caráter de mercadoria fictícia da força de trabalho, conforme colocado por Polanyi (A Grande Transformação, achar referência).

“However, one can question whether the social policies and trade unions, notably in the Nordic countries, were actually oriented towards abolishing the character of labor as a commodity. Arguably, they were, instead, oriented towards abolishing the constraints and coercions stemming from the fictitious character of this commodity. Social and labor market policies, while creating non-market supportive institutions for preserving labor power when it is not traded in the labor market (cf. Offe 1984, p. 263), were liberating people’s life courses from the necessities of selling labor power under any conditions and, thus, making labor more like a real commodity.” (KETTUNEN, 2012, p. 25)

No pós-guerra, o Estado nórdico de bem-estar viveu o seu período áureo. Como os demais países desenvolvidos, os países escandinavos

registraram um enorme crescimento econômico no período em que vigorou o Acordo de Bretton Woods<sup>3</sup> e boa parte deste crescimento se traduziu em ampliação e melhoramento dos serviços públicos e das políticas de seguridade social. O aumento da escolaridade da população neste período promoveu mudanças estruturais importantes na divisão social do trabalho. Enquanto o número de trabalhadores manuais e agricultores diminuiu significativamente, cresceu muito o número de executivos e trabalhadores qualificados nos setores mais modernos da economia.

Esse processo, continua até os dias de hoje e, em 2009, a força de trabalho escandinava se dividia da seguinte forma (ALESTALO, 2009, p. 23): 22,25% da força de trabalho é composta de executivos; 46,75% são funcionários de colarinho branco com cargos baixos; 25,25% são trabalhadores manuais; 2,25% são empreendedores e apenas 3,5% são agricultores. Os números utilizados são a média para a região, contudo, não existem diferenças realmente expressivas na distribuição dos trabalhadores entre os países do grupo.

O período do pós-guerra foi caracterizado pelo enfoque dos Estados escandinavos em políticas ativas de pleno emprego, pelo princípio do universalismo nas políticas de bem-estar, que garantia os mesmos direitos e benefícios a qualquer cidadão, por uma alta taxa de sindicalização e organização da força de trabalho em todos os segmentos sociais e por um vigor extraordinário das instituições de negociação coletiva. Além disso, se viu um grande grau de cooperação entre os empregadores, os sindicatos e o governo no sentido de construção das políticas de seguridade social.

Também ao longo desse período cresceu significativamente a participação das mulheres na força de trabalho e também a sua mobilização política, devido ao apoio financeiro concedido pelo Estado para a criação dos filhos e também devido às novas condições e oportunidades que se apresentaram no mercado de trabalho. Isso reduziu o grau de dependência das

---

<sup>3</sup> Acordo firmado em julho de 1944 na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, EUA, pelas principais potências aliadas na Segunda Guerra Mundial com o intuito de reconstruir o capitalismo e o comércio internacional no pós-guerra. Os efeitos do acordo em si são questionáveis, no entanto, o período em que ele vigorou é conhecido como a Era de Ouro do capitalismo devido ao fantástico crescimento econômico demonstrado pelos países desenvolvidos, e entre eles a Escandinávia.

mulheres, de forma que após os anos 1990, as donas de casa de tempo integral já tinham praticamente desaparecido da Escandinávia, com exceção da Noruega onde esse processo ainda se prolongou ao longo dessa década. (ALESTALO, 2009, p. 35) Isso ressalta um aspecto que sempre foi importante no Estado nórdico de bem-estar, que é a busca pela igualdade e a independência do indivíduo em todos os âmbitos relevantes.

A partir dos anos 1980, a taxa de crescimento das economias escandinavas encolheu e o tamanho do Estado, que vinha crescendo consistentemente nas décadas anteriores, estabilizou em torno de 50% do PIB. No começo do período, os países nórdicos enfrentaram uma crise, com destaque para a Dinamarca, que enfrentou uma explosão inflacionária especialmente séria. E, com a ascensão do neoliberalismo na década de 1990, a própria vigência do Estado nórdico de bem-estar social foi colocada em discussão. O problema, no entanto, não é uma novidade. Desde os primórdios da construção do Estado nórdico de bem-estar social, sempre houve debate em torno da viabilidade do modelo em termos da manutenção de uma taxa satisfatória de crescimento econômico, da conservação da proporcionalidade da força de trabalho em relação à população ou, até mesmo, da possibilidade de continuar financiando os programas de seguridade social cada vez mais abrangentes.

No entanto, apesar da Escandinávia não ter sustentado uma alta taxa de crescimento depois do período áureo, atualmente, a região se defronta com uma taxa de desemprego muito pouco expressiva, índices de desenvolvimento humano invejáveis e, de forma generalizada, um sentimento de satisfação por parte da população. Portanto, o Estado nórdico de bem-estar continua vigorando como um modelo viável de organização política e econômica. Resta saber se as dificuldades impostas pela transformação demográfica na região e o mundo pós-crise vão compelir os Estados nórdicos a se renovarem.

Apesar de ter tratado os países nórdicos como uma unidade mais ou menos homogênea ao longo deste capítulo, existem diferenças específicas dentro do grupo, principalmente devido a fatores geográficos e políticos, que

devem ser ressaltadas a fim de possibilitar uma maior compreensão da realidade escandinava.

“O país nórdico mais rico - a Noruega - em grande parte baseia a sua acumulação de riquezas das receitas do petróleo e do gás. A economia da Dinamarca é baseada no transporte e na agricultura; a Suécia é bem sucedida na fabricação de papel e celulose, telecomunicações e design. A estrutura industrial da Finlândia é semelhante à da Suécia, mas o setor industrial não é tão amplo” (ALESTALO, 2009, p. 10).

Mesmo que no início da revolução industrial os países escandinavos apresentassem aspectos tecnológicos bastante parecidos, o processo de desenvolvimento logo diferenciou as economias da região. A Dinamarca se aproveitava de um clima mais ameno e continental, benéfico para a agricultura, a Suécia e a Finlândia contavam com ótimas reservas minerais e a Noruega mais tarde encontrou petróleo no mar do Norte.

A Dinamarca, na maior parte das vezes, foi pioneira nas reformas sociais. Já a Finlândia, como retardatária, só foi se tornar efetivamente um Estado nórdico comparável aos outros após os anos 1960. Já que o movimento trabalhista finlandês era muito pouco organizado antes dessa época. Ele tinha pouca expressividade, uma vez que lhe faltava a coesão interna da social democracia Sueca.

No entanto, apesar das diferenças regionais, os países da Escandinávia tem um grau muito maior de coesão do que de disparidade. Já em 1952, os países assinaram um tratado de livre movimentação entre as fronteiras que unificou o mercado de trabalho. Esse tratado teve consequências muito importantes nos anos 1960, uma vez que mais de quatrocentos mil finlandeses imigraram para a Suécia, em parte por conta das tensões da Guerra Fria. (ALESTALO, 2009, p. 31) E, devido à pequena relevância política e econômica da região, os nórdicos perceberam desde cedo que o caminho da produção cooperativa era mais interessante para todos e, a unidade de crença política, permite que eles interajam com coesão no contexto da União Europeia.

## 2. O modelo nórdico de bem-estar social

A própria existência de um modelo nórdico de bem-estar social é contestada por alguns autores, como Ringen (1991), que afirma que os Estados de bem-estar simplesmente não podem ser agrupados em tipos sem se ignorar diferenças importantes entre eles. Por outro lado, Esping-Andersen afirma que:

“À medida em que examinamos as variações internacionais dos direitos sociais e de estratificação do welfare state, encontramos combinações qualitativamente diferentes entre Estado, mercado e família. As variações que descobrimos não estão, portanto, linearmente distribuídas, mas agrupam-se segundo os tipos de regime.” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p.34)

O autor prossegue classificando três diferentes *clusters* de Estados de bem-estar social:

1) Os sistemas liberais, que são associados a um grau pequeno de redistribuição de renda, uma vez que eles procuram estimular a iniciativa privada. Nesse tipo de sistema, as transferências normalmente são direcionadas aos grupos de mais baixa renda e estão associadas a um estigma social imposto pelas normas tradicionais da ética do trabalho. Exemplos de países que seguem este modelo são os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

2) Os sistemas corporativistas ou bismarckianos, que funcionam como um sistema de seguro global, onde os indivíduos pagam impostos e recebem benefícios proporcionais a sua renda. O seu impacto em termos de redistribuição de renda é desprezível. Esse sistema está associado a países como a Áustria, a França, a Alemanha e a Itália;

3) Os sistemas socialdemocratas ou beveridgianos, que estão associados a um alto nível de distribuição de renda e são baseados na universalidade e na uniformidade dos benefícios distribuídos. Além disso,

*“under a utilitarian criterion, the Beveridgean system is always preferred. Moreover, the Bismarckian is always preferred to a Liberal”* (BROCKHOFF, ROSSIGNOL, TAUGOURDEAU, 2012, p.24).

Dentro desta definição, o modelo nórdico se encaixa no sistema socialdemocrata, cuja principal característica é o universalismo dos mecanismos de amparo social, uma vez que “na Escandinávia, o critério para se ter direito ao bem-estar é baseado nos direitos (constitucionais); não numa avaliação seletiva de necessidades” (ABRAHAMSON, 2012, p.1) como é comum nas políticas sociais implantadas na América Latina e no sul da Europa. Apesar de a classificação de Esping-Andersen ter se popularizado na literatura sobre o welfare state, vários outros tipos de agrupamento foram teorizados, por vezes agrupando os Estados nórdicos junto à Alemanha, outras vezes junto à Bélgica, à Holanda e à Áustria ou até mesmo junto à Inglaterra (BAMBRA, 2007, p. 1099). A existência do modelo nórdico na Finlândia e na Dinamarca também é esporadicamente questionada.

Devido à similaridade cultural e principalmente devido às características sociais comuns sobre as quais se assenta o Estado nórdico de bem-estar social, faz sentido agrupar a Dinamarca, a Suécia, a Noruega e a Finlândia em um mesmo grupo, para então extrair os elementos comuns que fazem do modelo nórdico um modelo tão bem-sucedido.

O Estado nórdico de bem-estar pode ser definido pelas seguintes características conforme proposto por Kuhnle (2008):

1) a universalidade das políticas sociais: em contraposição a outros modelos de seguridade social onde os privilégios normalmente são restritos aos contribuintes ou a certos grupos sociais julgados necessitados, basta que se tenha a cidadania do país para que se tenha direito a obter apoio do Estado na Escandinávia.

“The Scandinavian countries have – at least on paper – set out to develop a welfare state that includes the entire population. Global programs are preferred to selective ones: free or cheap education for all in publicly owned educational institutions with a standard sufficiently high to discourage the demand for private schooling; free or cheap health care

on the same basis; child allowance for all families with children rather than income tested aid for poor mothers, universal old-age pensions, including pension rights for housewives and others who have not been in gainful employment; general housing policies rather than “public housing”. (ALESTALO, HORT, KUHNLE, 2009, p.16)

2) a igualdade: os Estados nórdicos sustentam uma baixa desigualdade de renda desde a sua formação democrática e, desde meados do século XX, as diferenças entre gêneros se reduziram substancialmente. Além disso, a busca pela igualdade é sempre um foco importante na política da Escandinávia;

3) o estatismo: a primazia do Estado na provisão do bem-estar para a população em lugar de instituições religiosas ou de cunho voluntário. O Estado na Escandinávia e sua relação de proximidade com o indivíduo têm profundas raízes históricas, por isso a questão do público e privado e do cerceamento das liberdades individuais pelo Estado nunca foi uma questão central no debate político do norte da Europa.

O caráter universalista do modelo nórdico faz com que esse sistema muitas vezes seja visto como uma conciliação entre o capitalismo e o socialismo. No entanto, EKLUND (2011) afirma que:

“pelo contrário, é a combinação do extremo individualismo e de um Estado forte que moldou o terreno fértil para uma economia de mercado eficiente [nos países nórdicos]: menos dependentes de obrigações legais, práticas ou morais do âmbito familiar, os indivíduos de ambos os sexos se tornam mais flexíveis e disponíveis para o trabalho produtivo em uma economia de mercado.” (EKLUND, 2011, p. 2)

A baixíssima desigualdade de renda e “a ênfase na solidariedade social escondem o forte, para não dizer o extremo, individualismo que define as relações sociais e as instituições políticas nos países nórdicos”. Além disso, “em uma perspectiva européia, os nórdicos não detêm particularmente de fortes atitudes esquerdistas em relação à igualdade de classes versus a liberdade individual, igualdade de salários versus diferencial baseado em

méritos, ou Estado versus indústrias de propriedade privada”. (EKLUND, 2011, p. 12)

Mas, ao mesmo tempo, Esping-Andersen (1990) reitera diversas vezes o importante aspecto da desmercantilização do trabalho atribuído ao Estado nórdico. Considerando que o trabalhador só pode ter existência política plena, levando em conta aspectos como a cidadania e a solidariedade, quando ele se encontra livre das amarras do mercado. Ou seja, quando ele não é mais forçado por circunstâncias de sobrevivência a colocar a sua força de trabalho à venda. Portanto, a possibilidade de escolha entre o trabalho e os benefícios de ordem estatal, sem que haja estigmatização para qualquer um dos lados, assegura maior poder político para o indivíduo.

De toda forma, o contrato social nórdico preza acima de tudo pela autonomia individual e pela mobilidade social. Assim, é justamente a harmonia no equilíbrio destes valores com uma praticamente completa erradicação da miséria e dos conflitos de classe que torna o modelo nórdico tão interessante.

O caráter universalista das políticas sociais sem dúvidas é um fator crucial na conciliação destes ideais conflitantes. O universalismo permite angariar um apoio mais amplo da população, em comparação a um tipo de política social voltada exclusivamente para a parcela mais pobre da população ou para um determinado grupo étnico. O tratamento igualitário, na prática, pode influenciar o grau de solidariedade da sociedade como um todo, pois

*“contacts with universal welfare-state institutions tend to increase social trust, whereas experiences with needs-testing social programs undermine it.” The policy implication is that governments, by designing welfare-state institutions, can invest in social capital. (KUMLIN & ROTHSTEIN, 2005, p.2)*

O bem-estar não se trata de um problema puramente individual, uma vez que ele tem causas e consequências no espaço público. A maneira como é feito o reconhecimento dessa realidade social pela população, assim como o consentimento sobre a melhor forma de tratá-la influenciam a confiança da



população em relação às instituições do Estado de bem-estar social, o que também determina a eficácia destas instituições.

O mero fato das instituições tratarem a população de forma não estratificada pode contribuir para promover o enfraquecimento das barreiras entre as classes socioeconômicas e o aumento do nível de confiança interpessoal e nas instituições, o que, de um ponto de vista econômico, contribui para reduzir os custos de transação. Uma vez que os agentes gastam menos tempo e recursos para cumprir com obrigações contratuais.

“At the micro level, social ties and interpersonal trust can reduce transactions costs, enforce contracts, and facilitate credit at the level of individual investors. At the macro level, social cohesion underlying trust may strengthen democratic governance (Almond and Verba 1963), improve the efficiency and honesty of public administration (Putnam 1993), and improve the quality of economic policies (Easterly and Levine 1997).” (KNACK, 2001, p.1)

E Arrow vai ainda mais longe ao salientar a importância econômica da confiança interpessoal:

“Virtually every commercial transaction has within itself an element of trust, certainly any transaction conducted over a period of time. It can be plausibly argued that much of the economic backwardness in the world can be explained by the lack of mutual confidence.” (ARROW *apud* KNACK, 2001, p.2).

De forma geral, os países nórdicos tem um alto nível de confiança interpessoal, mesmo quando comparados com países com os quais possuem algum nível de similaridade cultural. “Whereas in Sweden, about 66% responded affirmatively when asked if they thought that most other people could be trusted, the figure was 48% in the United States, 38% in Germany, 23% in Portugal, and 10% in Turkey, to mention some examples.” (dados da World Value Studies, 1990 à 1993; Inglehart, 1997 *apud* KUMLIN & ROTHSTEIN).

Ainda que o tamanho reduzido das economias escandinavas, a homogeneidade étnico-cultural e fatores específicos de sua formação histórica

possam ter influência no grau de confiança interpessoal, há razões para acreditar que algumas especificidades do sistema de bem-estar nórdico, como o universalismo, contribuíram para que se atingisse o grau de confiança observado na pesquisa. Ou, ao menos, não atrapalharam o seu desenvolvimento.

Uma vez que a universalidade dos programas de bem-estar social garante que qualquer cidadão está apto a receber ajuda do Estado, sem que haja discriminação de grupo social, classe ou etnia, é razoável assumir que haverá menos resistência da população como um todo para a implantação de determinada política. E, uma vez que todos os cidadãos são potenciais beneficiários destas políticas, diminui o grau de estigmatização dos cidadãos que recebem apoio do Estado. Isso tudo pode contribuir efetivamente para ampliar o sentimento de unidade da população e ampliar o capital social<sup>4</sup> dos países da Escandinávia.

Conforme explicitado por (KUMLIN, ROTHSTEIN, 2005) a literatura sobre o tema afirma ocasionalmente que:

Instead of organizing themselves in associations that reach out to support fellow citizens in distress, or that build strong reciprocal ties, citizens in large welfare states would refer their more unfortunate sisters and brothers to the broad system of social and welfare programs (and morally abjure themselves by referring to the high levels of taxes they are paying). (KUMLIN, ROTHSTEIN, 2005, p. 341)

Ou seja, em um Estado com uma ampla rede de proteção social, os cidadãos como um todo se sentiriam menos compelidos a apoiar outros cidadãos necessitados, pois essa obrigação repousaria nos ombros do sistema governamental de amparo. No entanto, o tamanho inchado do Estado convive de forma aparentemente harmoniosa com um alto nível de capital social nos países nórdicos, contrapondo esta tese. Além disso, se a deterioração do capital social estivesse relacionada ao aumento do tamanho do Estado, os

---

<sup>4</sup> O capital social é “um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência.” (FUKUYAMA, 2001, p. 155).

países nórdicos provavelmente sustentariam um alto índice de corrupção. No entanto, o que se observa é exatamente o contrário. Portanto, “the causal relation between the welfare state and social capital is primarily a question not of welfare-state size but of welfare-state design” (KUMLIN, ROTHSTEIN, 2005, p. 343).

Uma pergunta que parece ser relevante no caso dos Estados escandinavos é: a grande quantidade de capital social é determinada por condições históricas, psicológicas, políticas e sociológicas específicas ou, por outro lado, é a grande quantidade de capital social que guiou e continua guiando as decisões políticas e históricas da sociedade de uma determinada forma?

Dessa forma, pode ser que a qualidade das instituições seja fruto da acumulação de capital social dada por características específicas do povo escandinavo ou, pode ser que a qualidade destas instituições seja, em primeiro lugar, a razão de o capital social da Escandinávia ser tão grande. Caso o primeiro caso seja verdadeiro, a questão da integração de imigrantes originários de regiões com baixo capital social (como normalmente é o caso da maioria dos imigrantes que se dirigem ao norte da Europa) pode impor sérias dificuldades à manutenção do Estado nórdico de bem-estar social no seu molde atual. Mais adiante, esse tema será discutido com maior profundidade.

De toda forma, a ordem de causalidade primária não invalida a existência de um ciclo virtuoso, onde uma melhoria das instituições públicas tem influência na percepção dos cidadãos sobre a credibilidade da sociedade como um todo. Aspectos como justiça na execução das atribuições de uma entidade pública e a realização efetiva do trabalho designado para ela influenciam de forma positiva a acumulação de capital social. E, da mesma forma, a acumulação de capital social influencia de forma positiva a qualidade das instituições públicas, uma vez que diminui o nível exigido de burocracia e aumenta a qualidade do serviço oferecido pelos servidores públicos, tanto em relação ao tratamento dos cidadãos quanto no cumprimento do trabalho.

Portanto, a acumulação de capital social é um efeito colateral positivo do modelo nórdico de bem-estar social, assim como é uma das peças

fundamentais que constituem a base para a existência e longevidade deste modelo, além de ser um aspecto importante para explicar o bom desempenho das economias nórdicas no longo prazo.

### **3. Críticas ao Estado do bem-estar, o desempenho do modelo nórdico desde 1990**

O sucesso do Estado de bem-estar social normalmente é classificado pelo efeito que ele tem em mitigar efeitos deletérios da economia de mercado, ao reduzir a pobreza e diminuir a desigualdade de renda. No entanto, esse sucesso deve ser esclarecido, pois o propósito das políticas de bem-estar não é simplesmente reduzir a pobreza, mas a incerteza inerente à vida econômica da população. A aposentadoria, a compensação por acidentes de trabalho, benefícios por invalidez, bolsa maternidade e seguros de diversos tipos normalmente possuem critérios de elegibilidade não relacionados simplesmente à condição financeira do beneficiário. Esses programas têm como propósito, de forma geral, promover a redução das oscilações enfrentadas pelos indivíduos em um contexto de constante volatilidade do mercado.

De forma simplificada, esse seria o propósito último do Estado do bem-estar social: socializar os riscos assumidos pelos indivíduos. Esses riscos podem ser entendidos de formas diferentes por Estados distintos, mas normalmente se tratam do desemprego involuntário, o risco de invalidez e o risco de pobreza por causas de outra natureza. Como forma de diluir esses riscos é papel do Estado do bem-estar garantir igualdade de oportunidades e uma rede de segurança social mínima.

O pensamento econômico *mainstream* normalmente tende a focar no impacto negativo do Estado do bem-estar social sobre a eficiência econômica ao promover distorções no mercado de trabalho e a consequente redução na taxa de crescimento. No entanto, não há evidência clara de que países com instituições de bem-estar mais generosas tendem a crescer menos. Um estudo de (HEADEY, GOODIN, MUFFELS, DIRVEN, 1999), por exemplo, concluiu que não existe necessariamente um *trade-off* entre eficiência econômica e a amplitude das instituições de bem-estar. No caso apresentado pelo estudo, os Estados Unidos não vivenciaram um aumento maior da renda per capita do que Estados com instituições de bem-estar muito mais desenvolvidas como a

Alemanha e a Holanda, que tem um modelo de Estado um pouco mais semelhante ao modelo nórdico.

As conclusões sobre o impacto econômico do Estado de bem-estar social são inteiramente decorrentes do ponto de partida teórico da análise. E, normalmente, (Lindbeck *et al.*, 1994), a crítica ao Estado do bem-estar está associada à visão de que qualquer intervenção governamental está necessariamente ligada a uma perda de eficiência econômica decorrente da limitação da operação dos mecanismos de livre mercado.

Entre as críticas mais comuns ao Estado do bem-estar estão:

1) a elevação da população em idade ativa desempregada como consequência do elevado seguro desemprego e de outros tipos de transferências condicionais de renda;

2) a diminuição do ritmo de acumulação de capital em decorrência do financiamento da aposentadoria por meio da tributação corrente da população empregada, o chamado método *pay-as-you-go*.

No caso da primeira crítica, a teoria afirma que a transferência de renda para a população desempregada determina um aumento do preço do trabalho, uma vez que o custo de oportunidade para o trabalhador vender sua mão de obra aumenta. Consequentemente as firmas reduzem a demanda por trabalhadores, o que implica na redução do volume de produção da economia. Ou seja, a “taxa de desemprego natural” da economia sofre elevação. Esse seria parte do custo do Estado de bem-estar social.

Em uma primeira análise, não há evidência robusta de que existe alguma relação de causalidade entre a amplitude da proteção do seguro-desemprego e o tamanho da população empregada (ATKINSON, 1996, p. 3). O problema desse modelo simplificado do mercado de trabalho é que ele não leva em consideração as condições em que são feitas as transferências de renda para o trabalhador desempregado ou o propósito do Estado do bem-estar.

Se considerarmos que basta ser desempregado para que se tenha acesso ao seguro desemprego, podemos estar desconsiderando fatores importantes. No caso dos Estados Unidos, ou da Inglaterra, por exemplo, o benefício está diretamente ligado às contribuições feitas pelo trabalhador enquanto empregado. E, na Dinamarca, existe um monitoramento ativo para avaliar se um trabalhador desempregado está genuinamente procurando emprego, de tal forma que, se um beneficiário recusar uma oferta de trabalho ele pode perder o direito de receber o seguro desemprego<sup>5</sup>. Além disso, o trabalhador desempregado pode ser impedido de captar o benefício do seguro desemprego se a causa da demissão foi voluntária ou por má conduta, como é o caso do FGTS no Brasil<sup>6</sup>.

O que todos estes casos indicam é que o seguro desemprego muitas vezes possui condições bastante restritivas. Por isso, a escolha do trabalhador entre salário e transferência de renda governamental não é realista em muitas das situações, pois as condições de elegibilidade para que sejam feitas as transferências de renda limitam a escolha do trabalhador unicamente ao primeiro caso<sup>7</sup>. A rede de proteção social existe para garantir proteção mínima ao cidadão que vive o infortúnio recorrente de estar desempregado. Em uma economia estável, esse tipo de situação deveria ser meramente ocasional, mas, ainda assim, como todos estão eventualmente sujeitos a ela, o Estado entra como segurador para diluir o risco de privação da parcela da população desempregada em detrimento de um aumento dos ganhos da parcela empregada. Portanto, a generosidade do seguro desemprego não significa

---

<sup>5</sup> Algumas regras para que se tenha acesso ao seguro desemprego na Dinamarca são:

“1) estar registrado como candidato a um novo emprego no centro de procura de empregos da sua região; 2) ter sido membro de um fundo de pensão por no mínimo um ano antes de se tornar desempregado; 3) ter sido empregado assalariado por no mínimo 52 semanas nos últimos três anos se for segurado em tempo integral; 4) ter sido empregado assalariado por no mínimo 34 semanas nos últimos três anos se for segurado em tempo parcial; 5) estar disponível para o mercado de trabalho. Isso significa que, entre outras coisas, você deve procurar trabalho e que deve estar disponível para exercê-lo; 6) Confirmar que você está procurando trabalho toda semana no site Jobnet.dk” (tradução própria do dinamarquês, informações retiradas do site <<https://www.borger.dk/Sider/Arbejdsloeshedsdagpenge.aspx>>, em 02/05/2014).

<sup>6</sup> Todas as regras podem ser conferidas em:

<<http://www.fgts.gov.br/perguntas/trabalhador/pergunta07.asp>>

<sup>7</sup> Isto não é completamente verdadeiro no caso dos países nórdicos, uma vez que os critérios de elegibilidade para o seguro contra invalidez e para outros tipos de pensão são mais lenientes do que em países ditos liberais. Além disso, existem programas de treinamento da mão de obra desempregada e benefícios, ainda que menores, mesmo no caso de demissão voluntária.

necessariamente um aumento do custo de oportunidade do trabalho e a ampliação desse benefício pode possivelmente inclusive ser benéfica do ponto de vista da eficiência econômica.

Supondo que existe incerteza sobre o preço de um produto vendido por uma firma, de forma que só se sabe qual será o lucro realizado uma vez que o produto tenha sido vendido no mercado. E, considerando que o trabalho deve ser contratado previamente, a demanda por trabalhadores pode se limitar pela quantidade de trabalhadores que poderiam ser pagos caso o preço do produto vendido seja o menor possível que se possa imaginar. Assim sendo, a demanda por trabalho total nesse caso poderia ser bem menor do que aquela que igualaria o salário ao produto marginal esperado do trabalho, condição necessária para atingir a eficiência máxima. Agora, considerando que o governo introduz uma renda mínima financiada por um imposto sobre o lucro, a receita diminuiria caso a firma conseguisse um preço alto pela sua produção, mas, caso o preço fosse ruim sua receita aumentaria diminuindo o risco de bancarrota. Este seria um exemplo de atuação do Estado como diluidor dos riscos sociais, causando um ganho de eficiência econômica.

A segunda crítica comum diz respeito a um cenário dinâmico. A provisão de aposentadoria financiada pelo Estado teria impacto sobre o grau de poupança privado, que não seria complementado pela poupança pública, uma vez que as pensões são pagas com as contribuições feitas pela população atualmente empregada. Isso geraria redução do investimento e, conseqüentemente, a redução do crescimento econômico.

A lógica por trás do raciocínio seguiria do modelo de Solow. Considerando que o crescimento de longo prazo é determinado exclusivamente pelo crescimento populacional e pelo progresso tecnológico e tratando este progresso tecnológico de forma endógena, conforme caracterizado pelo modelo “learning-by-doing” de Kenneth Arrow, onde a taxa de produtividade está atrelada à experiência do trabalhador e, portanto, ao investimento acumulado de épocas passadas. Uma redução recorrente da taxa de poupança diminuiria consistentemente a taxa de investimento, tendo impacto negativo sobre o crescimento da produtividade da economia. Nesse cenário, a



aposentadoria governamental teria claramente um efeito limitador sobre o crescimento de longo prazo.

Supondo que a taxa de investimento seja determinada pela escolha da taxa de crescimento das firmas tendo em vista a maximização do valor das suas ações. E, supondo que o valor das ações seja determinado pelo valor presente do pagamento de dividendos no futuro, onde a taxa de desconto é igual à taxa de juros. A firma vai maximizar o seu valor no mercado acionário levando em consideração a taxa de juros e os custos internos do investimento produtivo. Nesse caso, se a taxa de poupança é baixa, a taxa de juros será alta, aumentando o custo do investimento e diminuindo o seu retorno futuro.

A maior restrição a esta crítica está nas alternativas aos fundos de pensão de tipo “pay-as-you-go” controlados pelo Estado. Considerando o ponto de vista gerencial, uma firma pode maximizar seu crescimento tendo em vista apenas superar com uma margem o *Break Up Value*<sup>8</sup> de suas ações. Nesse caso, a firma possivelmente cresceria a uma taxa mais alta que no caso anterior, pois não pagaria tantos dividendos. Os fundos de pensão privados normalmente atuam como grandes proprietários no mercado acionário. Mas, devido ao comportamento necessariamente conservador desses fundos, por conta de suas obrigações pensionárias imediatas e as grandes quantias que acumulam, eles podem impor limitações mais severas ao crescimento das firmas que controlam, provocando uma redução na taxa de investimento e, conseqüentemente, redução da taxa de crescimento.

Apesar de a conjectura apresentada ser de difícil constatação em condições reais,<sup>9</sup> não é claro se a alternativa privada à aposentadoria governamental traria grandes benefícios do ponto de vista do crescimento, uma vez que fundos de pensão privados muitas vezes estimulam decisões sub-ótimas por parte das empresas.

Em suma, o Estado de bem-estar social não pode ser avaliado como um agregado sem se diferenciar detalhes importantes no perfil de cada programa

---

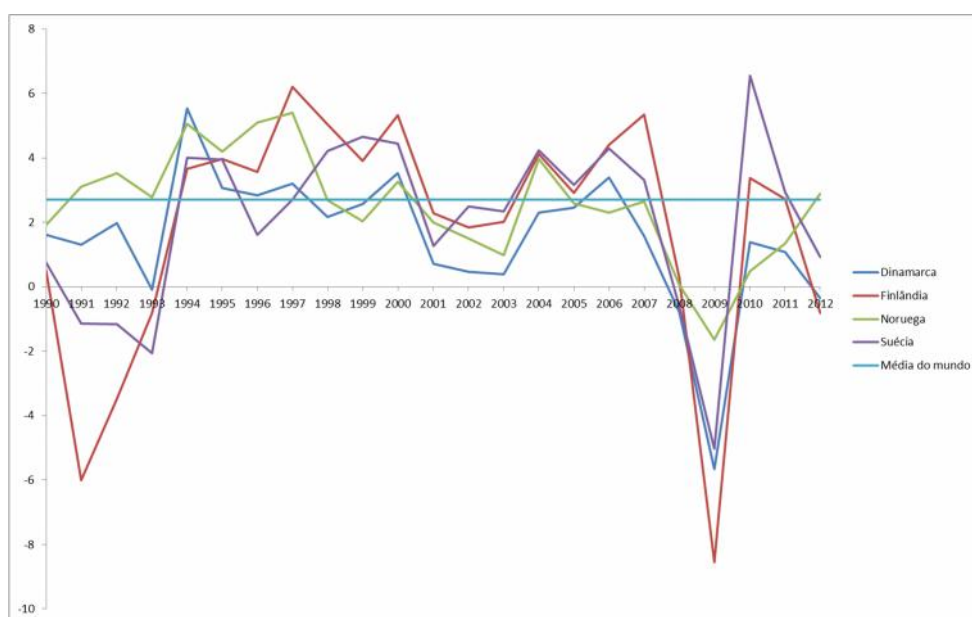
<sup>8</sup> Diferença entre o valor contábil e o valor do mercado das ações que uma companhia investidora quer liquidar. Este seria um método de avaliação bastante conservador.

<sup>9</sup> ATKINSON afirma que sinais do problema apontado já podem ser observados na Inglaterra.

social. Apesar de o instrumental econômico constituir um método importante de análise, ele não é suficiente como método crítico de análise da eficácia das instituições de bem-estar.

Nas duas últimas décadas, o modelo nórdico tem se mostrado extraordinariamente eficaz, contrariando a visão de que o Estado do bem-estar social teria se tornado obsoleto em um contexto de liberalização dos mercados mundiais. Os países escandinavos conseguiram conciliar uma baixa taxa de desemprego, o aumento da produtividade e da mobilidade ocupacional com uma política salarial que concilia a eficiência das empresas e o interesse dos trabalhadores. A taxa de crescimento dos países nórdicos ao longo das últimas duas décadas pode ser observada no gráfico abaixo:

**Gráfico 1 - Taxa de crescimento dos países nórdicos entre 1990-2012:**



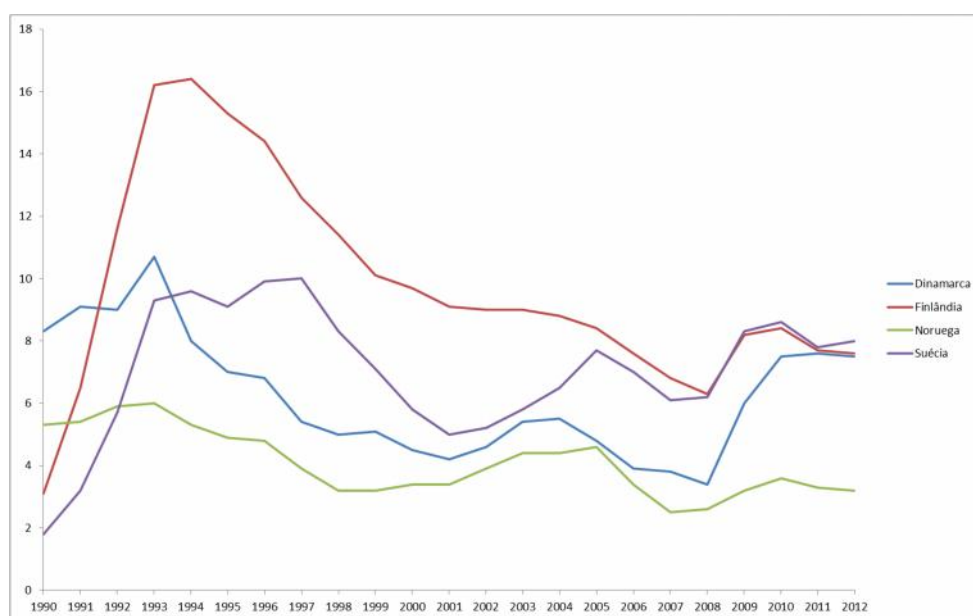
Fonte: Site do banco mundial <<http://www.worldbank.org/>>.

O crescimento dos países escandinavos se manteve em um nível satisfatório após 1993 e só sofreu queda substancial em 2008 devido à crise mundial. No entanto, em 2010 os países nórdicos já haviam recuperado o seu desempenho econômico mostrando mais vigor do que os demais países europeus no período. De forma geral, o desempenho dos países nórdicos pode

ser caracterizado pela grande estabilidade econômica, baixa inflação, baixa taxa de desemprego e contas equilibradas.

A taxa de desemprego dos países escandinavos no mesmo período pode ser analisada no gráfico abaixo:

**Gráfico 2 - Taxa de desemprego dos países nórdicos entre 1990-2012:**



Fonte: Site do banco mundial <<http://www.worldbank.org/>>.

Após 1993, observamos redução estável e substancial do desemprego na Escandinávia que só veio se elevar novamente após a crise mundial de 2008, no entanto, mesmo no auge da crise, as economias escandinavas não enfrentaram taxas de desemprego alarmantes. Com exceção da Finlândia, os países nórdicos tem conseguido manter o desemprego em um nível baixo e controlado sem vivenciar ao mesmo tempo uma alta taxa de inflação. Esse modelo bem sucedido pode ser caracterizado pela flexibilidade da mão de obra, o alto grau de qualificação e a rede de proteção social garantida pelo Estado.

A Escandinávia como um todo foi bem sucedida em sua adaptação à nova configuração da economia mundial. “Nowhere in Europe is the process of globalization more advanced than in Scandinavia”

“There is substantial evidence that the universal and comprehensive welfare state typical of Scandinavian countries (and theirs) has eased adjustment to economic globalization. Since generous provision is made to those dislocated in declining economic sectors and since social programs have expanded employment in the public and service sectors, foreign industrial competition has been accommodated. The prevalence of universal coverage through national health insurance, national supplemental DB and DC plans and the limits of wage differentiation through near-universal collective bargaining—rather than having them tied to employers—increased labor market flexibility. Employees forced to change jobs lose little. The efficiencies of international trade have been exploited both as importers and exporters (...) While the tax burden on Scandinavians is notoriously high, domestic employers are not disadvantaged, and actually enjoy the fruits of generous social programs (well-trained labor, flexible labor force and relatively broad managerial prerogatives, lower health insurance costs, etc. )” (EINHORN, 2010, p. 12)

Tomemos como exemplo o caso dinamarquês. O crescimento do Estado na Dinamarca após os anos 1960 foi acompanhado por um crescimento da população desempregada até atingir um pico no início dos anos 1990. A partir de então, a taxa de desemprego dinamarquesa sofreu queda significativa que perdura ainda nos dias de hoje. Em 2013, a taxa de desemprego entre jovens na Dinamarca é uma das menores entre os países da União Europeia (13.5% em uma média de 23,7%) e a taxa de desemprego total permaneceu abaixo de 6% em Agosto de 2013, um número extremamente baixo no contexto europeu. (DANMARK STATISTIK, 2013). Além disso, a parcela empregada da população é uma das maiores entre os países da União Europeia<sup>10</sup>.

A redução do desemprego na Dinamarca nos últimos vinte anos é uma realização que merece ser analisada, pois “these results were obtained without deficits on the external balance of payments (except for 1998) and with rising surpluses for public budgets. Also, this remarkable improvement in the overall employment situation has been accomplished without any significant increase in wage-inflation. Finally, no sharp shifts are observed with respect to the wage or income distribution.” (MADSEN, 2006, p. 8)

---

<sup>10</sup> A taxa de desemprego engloba apenas a parcela desempregada da PEA, enquanto a população empregada representa a proporção de cidadãos empregados em relação ao total da população.

O bom desempenho do mercado de trabalho dinamarquês nas décadas de 1990 e 2000 leva a pensar que o sucesso na manutenção de um baixo nível de desemprego poderia ser atribuído a um aumento da dispersão salarial, que teria permitido a criação de empregos de baixa remuneração. No entanto, “the available statistical evidence shows that the relative yearly wage of low-wage workers fell slightly from 39 percent of the income of high income earners in 1994 to 37 percent in 2002” (MADSEN, 2006, p. 7) E, além disso “The labour market developments in Denmark during the 1990s have been unique seen relative to the historic experience. This development cannot only be attributed to favourable macroeconomic conditions and a successful stabilization policy. Important institutional changes as well as structural policies have played an important role.” (ANDERSEN, 2003, p. 21)

O sucesso da Dinamarca em controlar o desemprego se deve ao seu modelo de mercado de trabalho, que foi apelidado de “Flexicurity”, por combinar de forma eficiente a flexibilidade da mão de obra com a segurança oferecida pelo Estado de bem-estar social. Dois objetivos que são um tanto paradoxais à primeira vista, mas que foram claramente atingidos quando se verifica a dinâmica da economia dinamarquesa.

De acordo com (MADSEN, 2006, p. 11), o sucesso do modelo “Flexicurity” pode ser atribuído a três principais características, chamadas de o “triângulo dourado” do sistema trabalhista dinamarquês:

- 1) um mercado de trabalho flexível, com um alto grau de mobilidade, indicado pelo grande fluxo de trabalhadores entre a população ocupada e a população desocupada;
- 2) um sistema generoso de apoio à população desempregada, que protege os cidadãos das consequências mais severas das mudanças estruturais;

3) política ativa voltada para melhorar as habilidades da população desempregada que não consegue achar emprego após ter sido demitida. Isso se dá na forma das Folkehøjskoler<sup>11</sup> por exemplo.

Assim,

“The golden triangle therefore depicts Denmark as a kind of hybrid employment system. Due to a non-restrictive employment protection legislation, which allows employers to dismiss workers with short notice, the Danish system has a level of flexibility, which is comparable to liberal labour markets like those of Canada, Ireland, United Kingdom and United States. At the same time, through its social security system and active labour market programmes, Denmark resembles the other Nordic welfare states in providing a tightly knit safety net for its citizens.” (MADSEN, 2006, p. 12)

A Dinamarca possui um nível de proteção ao trabalhador empregado menor do que boa parte dos países industrializados e isto também a diferencia dos demais países escandinavos. A legislação que privilegia a mobilidade no mercado de trabalho tem raízes históricas profundas e é mais fruto de um acordo entre os trabalhadores e patrões do que uma imposição determinada pelos empregadores<sup>12</sup>. Este é um exemplo de governança consensual ou conciliação de interesses, um modelo de política típico da Escandinávia que vigora desde a formação dos Estados nórdicos modernos.

Logo:

“the Danish ‘model of flexicurity’ is not the result of a well-defined grand scheme, but as the outcome of a long historical development.

---

<sup>11</sup> A folkehøjskole é um tipo de instituição típica do norte da Europa focada na educação de adultos e elas normalmente têm um perfil profissionalizante.

<sup>12</sup> “An illustration of the strength of this alliance [entre empregados e patrões] was given in August 2003, when the Minister of Employment, as part of the negotiations for the budget for 2004, put forward a proposal to reduce unemployment benefits by a number of reforms, including the introduction of a longer waiting period for high-income earners. Originally the aim for this and related proposals was to reduce public expenditures by around 100 million Euros. Immediately the proposals met strong resistance from the trade unions, especially in the construction sector. Longer terms of notice were called for, if the rules were changed. Then the employer’s organisations moved in and supported the views of the trade unions referring to the lower flexibility that would be the outcome of cutbacks in the benefit-system. At first the protests lead to a reduction in the intended savings to around 20 million Euros, and in the end the Minister had to drop the proposal all together.” (MADSEN, p. 12)

Thus, the high level of worker mobility supported by a low level of employment protection is a long-term feature of the Danish labour market. Already in the September Compromise between the social partners in 1899, the trade unions accepted the employers' right to freely hire and dismiss their workers. Since then, a set of agreements and norms have developed, which put some restrictions of the practices of the employers with respect to dismissals." (MADSEN, 2006, p. 14)

No entanto, apesar da baixa proteção relativa do trabalhador na Dinamarca, pelo menos no que diz respeito a manter-se empregado, os trabalhadores dinamarqueses contam com um amparo generoso caso se vejam desempregados. Para a parcela da população que é membra de algum fundo previdenciário (a vasta maioria dos trabalhadores) os benefícios podem chegar a quase 90% do salário prévio. Mas, mesmo aqueles que não estão segurados podem obter até 80% dos benefícios adquiridos pelos segurados. No entanto, as condições para a aquisição desses benefícios são diferentes nos dois casos, fazendo com que os valores variem bastante dependendo da situação familiar do beneficiário.

De forma geral, parece haver pouca evidência de uma perda de eficiência causada pelas instituições de bem-estar social na Escandinávia. O desempenho do modelo nórdico tem sido satisfatório em termos de crescimento e manutenção de uma baixa taxa de desemprego quando comparado a países em condição de desenvolvimento similar. No entanto, resta saber se o modelo pode perdurar com as grandes mudanças demográficas que a Escandinávia tem vivenciado.

Frequentemente, a imigração é apontada como um dos problemas mais graves que os Estados nórdicos vão enfrentar no século XXI. O argumento é que a homogeneidade cultural e étnica seria uma condição necessária para garantir a efetividade das instituições de bem-estar na Escandinávia, uma vez que a acumulação de capital social é tida como inversamente relacionada à heterogeneidade cultural da população. Qualquer modelo de bem-estar social poderia estar sujeito à influência negativa da imigração, no entanto, o caráter universal dos benefícios nos Estados escandinavos os torna mais vulneráveis

em termos de gasto público. Pois, a extensão dos benefícios não está relacionada às contribuições anteriores dos trabalhadores e o único critério de elegibilidade é a cidadania. Por esse motivo, assumindo que uma proporção maior dos imigrantes recolhe os benefícios em relação à população local, a imigração poderia gerar problemas tanto em termos políticos quanto financeiros.

Essa questão tem se tornado mais importante com o recente aumento do apoio popular aos partidos nacionalistas no norte da Europa, especialmente após a crise financeira de 2008. De forma geral nos países europeus:

“Immigrant workers, including the less-skilled, were generally welcomed during the boom years preceding the global financial crisis. However, immigrants are easy targets for populists and xenophobes when economic conditions deteriorate. Faced with anaemic domestic economies and rising unemployment, many national governments increased the stringency of policies to suppress the inflow of migrants, encouraged the departure of immigrants and introduced measures designed to protect labour markets for native-born workers.” (GASTON, RAJAGURU, 2012, p. 99)

(ANDERSEN, 2006, p. 1) lista cinco motivos pelos quais a imigração pode impactar de forma negativa as instituições de bem-estar social. Eles são:

1) Multiculturalismo: a solidariedade do Estado do bem-estar depende de uma noção compartilhada de identidade nacional e cultural. No caso dinamarquês, por exemplo, a política consensual tem sido extremamente importante para preservar a harmonia das relações entre empregados e empregadores, que é uma peça chave para a manutenção da política de *flexicurity* do mercado de trabalho. A governança consensual foi uma construção histórica prolongada e, possivelmente, enfrentará problemas para resistir a um cenário de heterogeneidade política e ideológica;

2) Efeito indireto: Desmobilização do movimento trabalhista e mobilização de partidos anti-imigração;

3) Chauvinismo de welfare: Custos da imigração e acirramento da competição pelo bem-estar. A população nativa dependente de políticas de



bemestar pode se sentir ameaçada pelos imigrantes que competem pelas políticas públicas, gerando acirramento da xenofobia;

4) Diferenças na ética do trabalho dos nativos e dos imigrantes;

5) Mudanças institucionais e o surgimento de uma classe pobre étnica. Este ponto é especialmente importante, pois, desde sua formação moderna no século XIX, a sociedade nórdica nunca teve uma classe miserável expressiva ou separada por critérios étnicos de uma classe “dominante”. Além disso, “as desigualdades econômicas e sociais entre a população nativa e a imigrante já estão começando a se tornar perceptíveis em alguns países nórdicos” (ANDERSEN, 2006, p. 5);

No artigo de (GASTON. RAJAGURU, 2012), os autores exploram o efeito da imigração sobre o gasto governamental com as políticas de bem-estar. A amostra estudada engloba dados de 25 países da OECD entre os anos de 1980 e 2008. O resultado encontrado é que a imigração provinda de países membros da OECD não tem efeito estatisticamente significativo sobre o gasto com políticas de bem-estar. Por outro lado, a imigração como um todo tem um efeito positivo modesto sobre o gasto com políticas de bem-estar.

Os autores alertam que os resultados são sensíveis à amostra de países escolhida, mas, de forma geral, a imigração tem um efeito muito pouco perceptível sobre as variáveis objetivas do bem-estar. Fatores domésticos como a dívida pública, o crescimento econômico e a taxa de desemprego parecem ser os verdadeiros fatores determinantes da extensão dos gastos com as políticas de bem-estar social e não a mobilidade internacional do trabalho. Contudo, o impacto da imigração sobre as instituições de bem-estar social ainda não é claro de um ponto de vista econômico. Assim, parece que no momento o impacto do multiculturalismo continua sendo uma questão majoritariamente política.

#### **4. A exportação do modelo nórdico**

A Escandinávia se recuperou rapidamente da crise mundial, se encontra bem adaptada aos novos desafios impostos pela globalização e os seus indicadores sociais não poderiam ser melhores. Como discutido anteriormente, boa parte deste sucesso se deve ao modelo único de Estado do bem-estar que caracteriza os países nórdicos. Nesse sentido, os países escandinavos são um laboratório social para o resto do mundo. Agora resta discutir até onde este modelo é adaptável e transferível para uma economia de configuração completamente distinta, o Brasil. O propósito desta análise não é construir um receituário, mas tentar compreender onde o Brasil se diferencia da Escandinávia em termos sociais e de política pública.

Relembrando, as características do Estado do bem-estar nórdico propostas por Eklund (2011) são o universalismo, a igualdade e o estatismo. Além disso, Esping-Andersen (1990) ressalta o importante papel da desmercantilização da mão de obra.

Einhorn (2010) identifica ainda mais quatro elementos do Estado nórdico que tem relevância no contexto de internacionalização do modelo:

- 1) Tradição de corporativismo democrático: governos de coalisão e confiança social. Isso se manifesta na forma da política consensual e dos acordos coletivos bem-sucedidos entre sindicatos e organizações de empregadores.
- 2) Debate político empirista: As negociações políticas e corporativas na Escandinávia se sustentam em grande parte nos fatos que possuem ampla aceitação e comprovação empírica, facilitando o acordo entre as partes interessadas.
- 3) Abertura ao comércio internacional: os países nórdicos abraçaram completamente a globalização, reformando o modelo socialdemocrata de forma a adaptá-lo à nova realidade internacional.
- 4) Enfoque das políticas públicas em fatores microeconômicos: Ou seja, as políticas procuram causar impacto direto nas decisões dos

empreendedores, empregados, gerentes, etc. Políticas de enfoque agregado com inspiração Keynesiana nunca fizeram parte inteiramente da realidade dos países escandinavos e isso é ainda mais verdadeiro nos dias atuais.

Comparemos agora as oito características do modelo nórdico com a realidade brasileira:

- 1) Universalismo: o universalismo não é uma característica comum das políticas públicas de bem-estar no Brasil. Exemplos recentes de políticas discricionárias são o programa Bolsa Família e o programa "Minha Casa, Minha Vida", ambos voltados para a população de baixa renda. Outro exemplo de falta de preocupação com o universalismo é o ensino superior público de alta qualidade, porém extremamente seletivo. Medidas têm sido tomadas para ampliar a abrangência do ensino superior, no entanto, elas também não têm caráter universal. Por um lado, políticas discricionárias são mais eficientes do ponto de vista orçamentário. Contudo, políticas universais normalmente tem mais aceitação popular.
- 2) Igualdade: o alto índice de desigualdade do Brasil é um fato amplamente conhecido e já foi discutido extensivamente. Políticas de bem-estar podem contribuir para reduzir essa disparidade de renda, no entanto, os países nórdicos não oferecem exemplos muito relevantes neste âmbito. Devido à sua formação histórica, eles nunca enfrentaram um nível de desigualdade próximo ao que se observa hoje no Brasil. A contribuição da Escandinávia nesse caso, pode ser no sentido da preservação dos ganhos salariais e o crescimento igualitário.
- 3) Estatismo: Nesse fator o Brasil não se diferencia muito da Escandinávia. O bem-estar é tratado como um problema majoritariamente estatal e vem tomando uma fatia cada vez maior do orçamento público nos últimos vinte anos.

4) Desmercantilização da mão de obra: a desmercantilização da mão de obra está em um estágio avançado na Escandinávia, uma vez que, a amplitude dos benefícios garantidos pelo Estado permite que uma família sobreviva sem maiores dificuldades fora do mercado de trabalho. No Brasil, claramente esse não é o caso. O FGTS garante pouco suporte ao trabalhador desempregado, não há política de treinamento para reincorporação ao mercado de trabalho e grande parte dos trabalhadores ainda está empregada no setor informal da economia, portanto não estão segurados contra o desemprego<sup>13</sup>. Além disso, mesmo aqueles que contam com o seguro desemprego não desfrutam de assistência muito expressiva. A duração dos pagamentos pode variar de 3 a 5 meses, com base no tempo empregado, e o valor das parcelas varia entre R\$ 724,00 e R\$ 1.304,63, com base no valor do último salário.

5) Tradição de corporativismo democrático, governos de coalisção e confiança social: o nível de corporativismo democrático pode ser parcialmente compreendido pela taxa de sindicalização. Um estudo de (PICHLER, 2011) com os dados da PNAD indica uma taxa de sindicalização inferior a 24% no Brasil, em 2009. Ao mesmo tempo, segundo (EINHORN, 2010) a taxa de sindicalização é de 70% na Dinamarca, 78% na Suécia, 53% na Noruega e 74% na Finlândia.

O multipartidarismo brasileiro se assemelha ao sistema político escandinavo no sentido que os governos são obrigados a governar por coalisção.

Um índice publicado pelo IBOPE em 2012 indica o nível geral de confiança de 57 pontos para a população brasileira, onde 0 significa ausência total de confiança e 100 significa confiança absoluta. No entanto, o estudo não possui um comparativo com os países escandinavos<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup>O percentual de pessoas com mais de 16 anos empregadas no setor formal da economia era de 56% em 2011 de acordo com estudo do IBGE.

<sup>14</sup>Segundo uma pesquisa do site videnskab.dk, “78 de cada 100 dinamarqueses responde sim para a pergunta: “Você pode confiar na maioria das pessoas?”. Enquanto isso, para a mesma pergunta apenas

- 6) Debate político empirista: o empirismo na política é em parte fruto do alto nível de escolaridade da população e em parte fruto de fatores culturais. Os aspectos culturais da sociedade escandinava são de difícil comparação com o Brasil, mas o tempo de escolaridade médio para a população acima de 15 anos no ano 2000 era de 4,88 anos no Brasil, 9,66 anos na Dinamarca, 11,41 anos na Suécia, 11,85 anos na Noruega e 9,99 anos na Finlândia de acordo com dados do Banco Mundial. Portanto, a diferença em termos de escolaridade ainda é significativa, mesmo que tenha havido uma aproximação nos últimos anos.
- 7) Abertura ao comércio internacional: no estudo divulgado pela International Chamber of Commerce em 2013, o índice de abertura do mercado era de 4,3 para a Dinamarca, 4,4 para a Suécia, 4,4 para a Noruega, 4,2 para a Finlândia e apenas 2,2 para o Brasil (o mais baixo entre todos os países estudados). O índice varia de 0 a 5 pontos, onde 0 indica baixíssimo grau de abertura e 5 indica o grau mais elevado de abertura, e todos os países nórdicos tem um índice bastante acima da média.
- 8) Enfoque das políticas públicas em fatores microeconômicos: nos últimos anos, especialmente após a crise, o governo brasileiro tem optado pelo modelo de crescimento puxado pela demanda, portanto, o enfoque é primariamente sobre fatores macroeconômicos. A Dinamarca fez uso de políticas de cunho Keynesiano durante o meio da década de 1990 para recuperar o nível de emprego da economia, no entanto, o seu uso foi muito pontual e não significou uma mudança definitiva de orientação da política econômica.

---

3 de cada 100 brasileiros responde sim” (tradução do dinamarquês feita pelo autor). Em reportagem disponível no site: <<http://videnskab.dk/kultur-samfund/derfor-er-danskerne-verdens-mest-tillidsfulde>> acessado em 05/05/2014.

Em suma, como esperado, o Brasil se diferencia da Escandinávia em praticamente todos os aspectos que definem o modelo nórdico. Parte das diferenças surge de fatores que não estão sob o controle completo da sociedade, no entanto, parte significativa destas diferenças se dá por uma escolha do governo e da sociedade. Mas, então por que os países escandinavos são sempre citados como um exemplo que se almeja alcançar?

A fascinação pelo modelo nórdico é compreensível quando observamos o alto nível de desenvolvimento alcançado pela Escandinávia. Aos olhos desatentos, pode parecer que esta conquista se trata apenas de uma escolha por mais ou menos Estado. No entanto, ao se tratar o problema de um ponto de vista agregado, perde-se uma compreensão importante dos detalhes por trás do alto nível de gasto público dos países Escandinavos. As economias nórdicas estão entre as mais abertas do mundo e contam com um alto nível de flexibilidade da mão de obra. Além disso, as políticas de bem-estar se sustentam em um aparato institucional de longa formação histórica alheia à realidade brasileira. Enfim, a principal lição que resta tomar da Escandinávia é a grande adaptabilidade das economias, o racionalismo político e o Estado constituindo um sistema de proteção contra o atrito das mudanças estruturais que são inevitáveis.

## 5 - Referências Bibliográficas

ABRAHAMSON, Peter. O modelo escandinavo de proteção social.

**Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 7-36, jan./jun. 2012.

ALESTALO, Matti; HORT, Sven E. O; KUHNLE, Stein. *The Nordic model – conditions, origins, outcomes, lessons*. **Hertie School of Governance - Working Papers**, no. 41, June 2009.

ANDERSEN, Jørgen Goul. *Immigration and the Legitimacy of the Scandinavian Welfare State: Some Preliminary Danish Findings*. Dept. of Economics, Politics and Public Administration Aalborg University. **Working Paper Series**, no. 53, 2006.

ANDERSEN, Torben M. From excess to shortage – recent Developments in the Danish labour market. **CESIFO working paper**, no. 933, April 2003.

ATKINSON, Anthony Barnes. The economics of the Welfare State. **American Economist**, v. 40, Fall 1996.

DANMARKS STATISTIK. *Arbejdskraftundersøgelsen, europæisk 1. kv. 2013*. Danmarks Statistik. 2013. Disponível em:

<<http://www.dst.dk/pukora/epub/Nyt/2013/NR422.pdf>>. Acesso em: 11/10/2013.

DANMARKS STATISTIK. *Arbejdsløsheden, august 2013*. Danmarks Statistik. 2013. Disponível em: <<http://www.dst.dk/pukora/epub/Nyt/2013/NR509.pdf>>. Acesso em: 11/10/2013.

BAMBRA, C. *Going beyond The three worlds of welfare capitalism: regime theory and public health research*. **J Epidemiol Community Health**. v. 61. June 2007.

BROCKHOFF, Sarah; ROSSIGNOL, Stéphane; TAUGOURDEAU, Emmanuelle. *The three worlds of welfare capitalism revisited*. **Documents de Travail du Centre d'Economie de la Sorbonne**, 12018. March, 2012.

EINHORN, Eric S. LOGUE, John. *Can Welfare States be sustained in a global economy?* **Political Science Quarterly**, v. 125, Spring 2010.

EKLUND, Klas. O modo nórdico: os valores compartilhados por uma nova realidade. *Global Utmaning Swedish Institute*. Disponível em:

<[http://www.globalutmaning.se/wp-content/uploads/2011/04/O-modo-n%C3%B3rdico\\_webb.pdf](http://www.globalutmaning.se/wp-content/uploads/2011/04/O-modo-n%C3%B3rdico_webb.pdf)>. Acesso em: 11/10/2013.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge, UK: Polity Press, 1990.

FLADMOE, Audun. *Mass political polarization and attitudes towards education as part of the welfare state in Norway, Sweden and Finland*. **Journal of European Social Policy**, no. 22, 2012.

FUKUYAMA, F. "Capital Social" in HARRISON, L. E. & HUNTINGTON, S. P. A Cultura Importa, São Paulo, Record, 2001.

GASTON, Noel. RAJAGURU, Gulasekaran. *International migration and the welfare state revisited*. **European Journal of Political Economy**, n. 29, August 2012.

HEADEY, Bruce. GOODIN, Robert E. MUFFELS, Ruud. DIRVEN, Henk-Jan. *Is there a trade-off between economic efficiency and a generous welfare state? A comparison of best cases of 'the three worlds of welfare capitalism'*. **Social Indicators Research**. v. 50. July 1999.

IBOPE. Índice de confiança social, 2012. Disponível em <[http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ICS\\_portugues\\_.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ICS_portugues_.pdf)>. Acesso em: 05/05/2014.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf)>. Acesso em: 05/05/2014.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE. **Open Markets Index**, 2013. Disponível em: <<http://www.iccwbo.org/global-influence/g20/reports-and-products/open-markets-index/>>. Acesso em: 05/05/2013.

KETTUNEN,Pauli. *Reinterpreting the Historicity of the Nordic Model*. **Nordic journal of working life studies**, vol. 2, no. 4, November 2012.

KNACK, Stephen. *Trust, associational life, and economic performance*, **MPRA Paper 27247**, University Library of Munich, Germany. 2001.

KUMLIN, Staffan; ROTHSTEIN, Bo. *Making and Breaking Social Capital: The Impact of Welfare-State Institutions*. **Comparative Political Studies**, vol. 38, no. 4, May 2005.

LINDBECK, A. P. MOLANDER, T. PERSSON, O. PETERSSON, A. SANDMO, B. **Turning Sweden Around**. Cambridge, MA, MIT Press. 1994.

LISTER, Ruth. *A Nordic Nirvana? Gender, Citizenship, and Social Justice in the Nordic Welfare States*. **Social Politics**, vol. 3, p.242-278, Fall 2009.

MADSEN, Kongshøj. *How Can It Possibly Fly? The Paradox of a Dynamic Labour Market in a Scandinavian Welfare State*. In: **National Identity and a**



***Variety of Capitalism: The Case of Denmark.*** Montreal: McGill University Press, 2006.

OECD. PISA 2012 Results in focus: what 15-year-olds know and what they can do with what they know. 2012. Disponível em:  
<<http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results-overview.pdf>>. Acesso em: 05/05/2014.

OORSCHOT, Wim van; FINSVEEN, Ellen. *Does the welfare state reduce inequalities in people's social capital?*. ***International Journal of Sociology and Social Policy***, vol. 30, nos. 3/4, p. 182-193, 2010.

PICHLER, Walter Arno. Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 38, n. 3, 2011.

Polanyi, Karl. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 360 p.

RINGEN, Stein (1991) "Do Welfare State Come in Types." In Peter Saunders & D. Encel (eds.) ***Social Policy in Australia: Options for the 1990s***. University of New South Wales: Social Policy Research Centre. Reports and Proceedings, No. 96.

STEPHENS, John D. *The Scandinavian Welfare States: Achievements, Crisis and Prospects*. United Nations Research Institute for Social Development. Disponível em:  
<[http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpPublications\)/218CAD0393B83EE680256B67005B6836?OpenDocument](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpPublications)/218CAD0393B83EE680256B67005B6836?OpenDocument)>. Acesso em: 11/10/2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Companhia das letras, São Paulo, 2005.